

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₄**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Na dissertação, ao domínio da modalidade escrita serão atribuídos até **14,00 pontos** e ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **56,00 pontos**, dos quais até **2,80 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Em cada questão, esses valores corresponderão a **2,00 pontos, 8,00 pontos e 0,40 ponto**, respectivamente.

PROVA DISCURSIVA P₄

DISSERTAÇÃO

Elabore uma dissertação acerca do seguinte tema.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ILEGAIS: SUA EXTINÇÃO OU MANUTENÇÃO, À LUZ DA LEI N.º 14.133/2021

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 os dispositivos legais aplicáveis; [valor: 3,60 pontos]
- 2 convalidação e invalidação dos atos e contratos administrativos; [valor: 7,60 pontos]
- 3 discricionariedade e vinculação administrativa na manutenção ou invalidação dos atos e contratos administrativos; [valor: 8,60 pontos]
- 4 hipóteses de impossibilidade de convalidação e critério de satisfação do interesse público; [valor: 6,60 pontos]
- 5 efeitos *ex tunc* e *ex nunc* da decisão administrativa que preservar ou anular os atos e contratos administrativos; [valor: 6,60 pontos]
- 6 hipóteses de manutenção dos contratos inválidos; [valor: 6,60 pontos]
- 7 princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da eficiência e tutela do interesse público; [valor: 7,00 pontos]
- 8 possibilidade de aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. [valor: 6,60 pontos]

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

DISSERTAÇÃO – RASCUNHO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO 1

Os avanços tecnológicos verificados nas últimas décadas impulsionaram e modificaram os negócios relativos à comercialização de *softwares*. As empresas da área de tecnologia ainda oferecem acesso a *softwares* por meio de suporte físico (mídia física), mas, atualmente, a disponibilização de *softwares* acontece corriqueiramente por meio de *download* ou via acesso diretamente na Internet (computação em nuvem). Acompanhando essa evolução, os Estados devem definir como acontecerá a tributação das atividades da chamada economia digital.

Considerando que o texto acima tem caráter exclusivamente motivador, redija, indicando os fundamentos normativos e jurisprudenciais pertinentes, um texto a respeito da chamada tributação da economia digital, abordando os seguintes aspectos:

- 1 objeto do contrato de comercialização de licenciamento de uso de *softwares* “de prateleira” (padronizados), para fins tributários, segundo a jurisprudência atual do STF; [valor: 1,50 ponto]
- 2 objeto do contrato de comercialização de licenciamento de uso de *softwares* “por encomenda” (personalizado), para fins tributários, segundo a jurisprudência atual do STF; [valor: 1,50 ponto]
- 3 imposto(s) incidente(s) sobre a comercialização do licenciamento de uso de *softwares* disponibilizados via *download* pela Internet; [valor: 1,50 ponto]
- 4 imposto(s) incidente(s) sobre a remessa de recursos ao exterior, a título de pagamento pela aquisição da licença de uso do *software*, em favor do detentor do direito autoral sobre o *software* disponibilizado via *download* pela Internet; [valor: 1,50 ponto]
- 5 natureza jurídica da remuneração relativa a direito autoral, para fins tributários. [valor: 1,60 ponto]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

No leilão, modalidade de licitação prevista na Lei n.º 14.133/2021, exige-se a demonstração de regularidade fiscal perante a seguridade social? Se sim, em qual momento? Se não, por quê? Fundamente sua resposta. [valor: 7,60 pontos]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

O § 2.º do art. 19 da Constituição Federal de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1/1969, apresentava o seguinte conteúdo.

“Art. 19. (...)

(...)

§ 2.º A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.”

A partir da leitura dessa norma constitucional, responda como a Constituição Federal de 1988 (CF) trata do tema. **[valor: 1,00 ponto]**

Em sua resposta, discorra acerca de todos os aspectos relacionados a seguir, apontando, sempre que pertinente, os dispositivos normativos aplicáveis:

- 1 isenções autonômicas e isenções heterônomas; **[valor: 1,00 ponto]**
 - 2 o binômio “instituir-isentar”; **[valor: 1,00 ponto]**
 - 3 forma federativa de Estado e cláusulas pétreas; **[valor: 1,00 ponto]**
 - 4 tratados internacionais e isenções tributárias; **[valor: 0,50 ponto]**
 - 5 competências do presidente da República e competências do Congresso Nacional; **[valor: 1,00 ponto]**
 - 6 presidente da República, chefia de Estado e chefia de governo; **[valor: 0,50 ponto]**
 - 7 União, República Federativa do Brasil e atuação no plano do direito internacional público; **[valor: 1,00 ponto]**
 - 8 posição do Supremo Tribunal Federal acerca do tema. **[valor: 0,60 ponto]**
-

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	